DOCUMENTOS DE PRESTAÇÃO DE CONTAS CONSOLIDADAS

MUNICÍPIO DE AZAMBUJA

EXERCÍCIO DE 2011

ÍNDICE

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO 3

1.1 Introdução 4
1.2 Entidades Incluídas no Perímetro de Consolidação 5
1.3 Análise da Atividade Consolidada do Grupo Municipal 7
1.4 Perspetivas Futuras 13
1.5 Factos Relevantes Ocorridos Após o Encerramento do Exercício 14

2. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS 15

2.1 Balanço Consolidado 16
2.2 Demonstração de Resultados Consolidados, por Natureza 19
2.3 Mapa de Fluxos de Caixa Consolidados 20
2.4 Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas 21

3. CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS CONSOLIDADAS 35

1. RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO

1.1 INTRODUÇÃO

O Município de Azambuja apresenta os documentos de prestação de contas consolidadas relativamente ao exercício de 2011.

A obrigatoriedade de consolidar decorre do n.º 1 do art.º 46.º da Lei das Finanças Locais (LFL) aprovada pela Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, o qual estipula que "*as contas dos municípios que detenham serviços municipalizados ou a totalidade do capital de entidades do sector empresarial local devem incluir as contas consolidadas, apresentando a consolidação do balanço e da demonstração de resultados com os respetivos anexos explicativos, incluindo, nomeadamente, os saldos e fluxos financeiros entre as entidades alvo de consolidação e o mapa de endividamento consolidado de médio e longo prazos*".

Os princípios, procedimentos e métodos de consolidação utilizados na preparação destes documentos, bem como os modelos a adaptar para apresentação das demonstrações financeiras consolidadas constam da Portaria n.º 474/2010, de 15 de junho, que aprova a Orientação n.º 1/2010 "*Orientação genérica relativa à consolidação de contas no âmbito do setor público administrativo*", das instruções emitidas pelo Subgrupo de Apoio Técnico na Aplicação do POCAL (SATAPOCAL) para a consolidação de contas pelos municípios referentes ao exercício de 2010 e seguintes (durante a vigência do regime transitório previsto na Portaria atrás referida) e subsidiariamente pelos normativos contabilísticos aplicáveis individualmente às entidades do Grupo Municipal – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Locais e Sistema de Normalização Contabilística.

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas pelo Município (entidade-mãe), combinando as demonstrações financeiras de todas as entidades abrangidas pelo perímetro de consolidação, numa base linha a linha, de agregação de rubricas idênticas e de eliminações de operações internas, após a realização da homogeneização prévia da informação, pautando-se, em especial, pelo conjunto de princípios aplicados pelo Município.

As demonstrações financeiras consolidadas, que são um complemento e não um substituto das demonstrações financeiras individuais, têm como objetivo apresentar informação financeira relativa ao grupo público municipal como se de uma única entidade se tratasse.

1.2 ENTIDADES INCLUÍDAS NO PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

O conjunto consolidável e os métodos de consolidação a adotar para cada entidade, definidos em função do controlo ou influência exercida pelo Município sobre cada uma dessas entidades, são os seguintes:

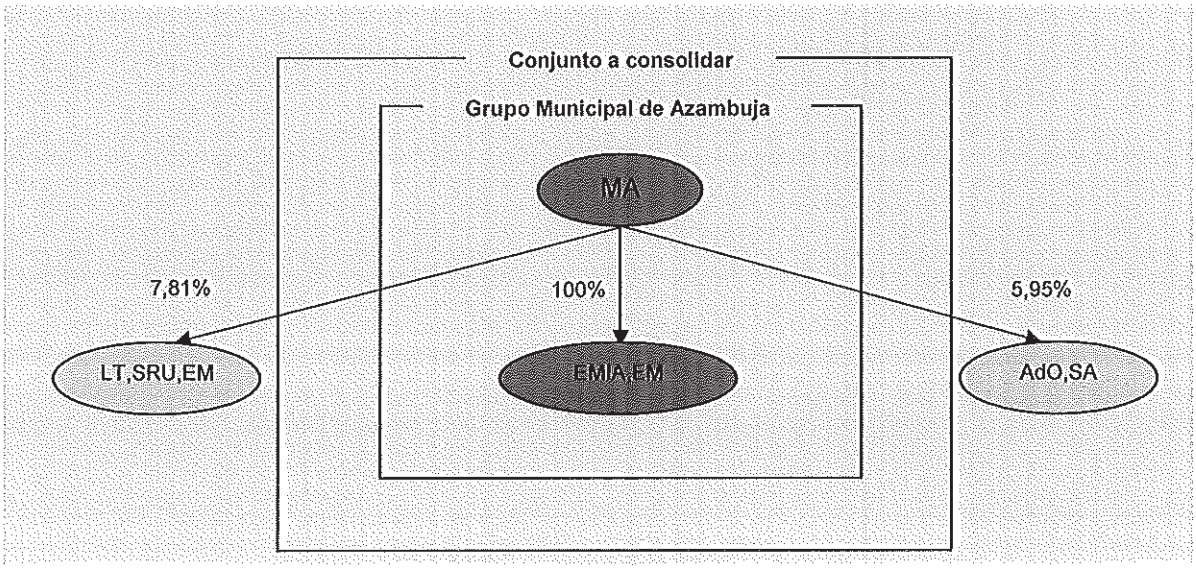
COMPOSIÇÃO DO CONJUNTO CONSOLIDÁVEL E MÉTODOS DE CONSOLIDAÇÃO A ADOTAR

Participação		% de Participação	% de Controlo	Entidade a Consolidar	Método de Consolidação
De	Em				
MA	EMIA,EM	100,00	100,00	Sim	Integral
MA	AdO,SA	5,95	5,95	Não	-
MA	LT, SRU, EM	7,81	7,81	Não	-

Em função das percentagens de controlo, as entidades incluídas no perímetro de consolidação são o Município de Azambuja (MA) e a EMIA – Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM (EMIA, EM), na qual o método de consolidação a utilizar é o da consolidação integral, tendo-se excluído as entidades meramente participadas, ou seja, aquelas onde o Município não exerce, nem controlo, nem influência significativa, como é o caso da Águas do Oeste, S.A. (AdO,SA) e da Lezíria do Tejo, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM (LT, SRU, EM).

Com base nos elementos anteriores, é possível estabelecer o seguinte organograma do Grupo Municipal de Azambuja:

ORGANOGRAMA DO CONJUNTO A CONSOLIDAR E DO GRUPO MUNICIPAL DE AZAMBUJA



EMIA – Empresa Municipal de Infraestruturas de Azambuja, EM

A EMIA, EM é uma empresa municipal encarregada da gestão de serviços de interesse geral e promoção do desenvolvimento local e regional nos termos definidos nos art.^{os} 18.º e 21.º da Lei n.º 53-F/2006, de 29 de dezembro (Regime Jurídico do Sector Empresarial Local) e tem por objeto acompanhar e executar as políticas urbanísticas definidas pela Câmara Municipal de Azambuja, promover a regeneração urbana e rural, desenvolver uma política de solos eficiente, justa e equitativa, desenvolver programas de gestão urbana avançada e de regulação do mercado imobiliário, executar processos *perequativos* de benefícios e encargos no município da Azambuja e construir, gerir, explorar e manter parques e locais de estacionamento público, promovendo a mobilidade e acessibilidade humana, o crescimento económico local e regional e o reforço da coesão económica e social local e regional.

Tendo sido constituída em setembro de 2004 e revistos os estatutos, por imperativo legal, em setembro de 2007, a EMIA, EM é detida a 100% pelo Município de Azambuja desde setembro de 2008.

Em outubro de 2004 foi celebrado com o Município de Azambuja um contrato-programa, que foi igualmente revisto em setembro de 2007.

Em novembro de 2008, foi objeto de transformação estatutária, com o alargamento do objeto social, e celebração de novo contrato-programa e de gestão que estabelece as regras de inter-relacionamento entre Município de Azambuja e EMIA, EM, posteriormente complementado com as adendas outorgadas nas seguintes datas:

- 4 de agosto de 2009;
- 2 de dezembro de 2009;
- 16 de dezembro de 2010;
- 3 de maio de 2011.

Os principais eixos de intervenção, enquadrados no contrato-programa e de gestão vigente, têm sido o da responsabilidade, delegada pelo Município, pela implementação, desenvolvimento, construção, instalação, gestão e financiamento de infraestruturas diversas e a organização e gestão das atividades de enriquecimento curricular.

Para o desenvolvimento da sua atividade conta com as transferências financeiras previstas no citado contrato-programa e de gestão que constituem, praticamente, as suas fontes de financiamento.

O Município de Azambuja transferiu para a EMIA, EM as seguintes quantias:

TRANSFERÊNCIAS INTRAGRUPO

(em €)

TRANSFERÊNCIAS	2011	2010
Para Implementação, desenvolvimento, construção, instalação, gestão e financiamento de infraestruturas:		
- Quadro de Referência Estratégico Nacional – QREN 2007-2013	1.409.609,91	1.091.892,69
- Indemnizações Compensatórias	0,00	158.630,29
	1.409.609,91	1.250.522,98
Para organização e gestão das atividades de enriquecimento curricular (AEC)	313.250,00	209.889,50
TOTAL.....	**1.722.859,91**	**1.460.412,48**

Do exposto no quadro acima, resulta que, em 2011, a EMIA, EM recebeu do Município de Azambuja a quantia de € 1.722.859,91, relativas a verbas do QREN (€ 1.409.609,91) e AEC (€ 313.250).

1.3 ANÁLISE DA ATIVIDADE CONSOLIDADA DO GRUPO MUNICIPAL

O presente ponto tem por objetivo proceder a uma avaliação dos resultados alcançados pelo Grupo Municipal de Azambuja ao longo do exercício de 2011, bem como da sua situação económica e financeira no final do exercício.

Demonstração de Resultados Consolidados, por Natureza

Relativamente à componente económica, apresenta-se o quadro seguinte:

SÍNTESE DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADOS

(em €)

		2011	%	2010	%	Var. %
	PROVEITOS OPERACIONAIS					
1	Vendas e Prestações de Serviços	1.750.814,69	13,43	1.765.069,74	13,10	-0,81
2	Impostos e Taxas	4.679.517,83	35,89	4.408.810,76	32,72	6,14
3	Transferências e Subsídios Obtidos	6.607.409,65	50,68	7.329.927,61	54,40	-9,86
4	Outros Proveitos Operacionais (inc. 73 + 75 + 76)	0,00	0,00	-28.582,92	-0,21	-100,00
	TOTAL DOS PROVEITOS OPERACIONAIS.....	**13.037.742,17**	**100,00**	**13.475.225,19**	**100,00**	**-3,25**
	CUSTOS OPERACIONAIS					
5	CMVMC	274.256,22	1,88	308.014,30	1,94	-10,96
6	FSE	3.892.253,58	26,64	4.782.368,79	30,06	-18,61
7	Custos com o Pessoal	6.209.415,75	42,50	6.904.961,76	43,40	-10,07
8	Transferências e Subsídios Correntes Concedidos	796.845,81	5,45	1.072.440,87	6,74	-25,70
9	Amortizações do Exercício	3.267.577,26	22,37	2.722.700,49	17,11	20,01
10	Provisões do Exercício	150.916,26	1,03	78.325,48	0,49	92,68
11	Outros Custos Operacionais	18.376,00	0,13	41.398,00	0,26	-55,61
	TOTAL DOS CUSTOS OPERACIONAIS.....	**14.609.640,88**	**100,00**	**15.910.209,69**	**100,00**	**-8,17**
	RESULTADOS					
12	Resultados Operacionais	-1.571.898,71	-	-2.434.984,50	-	35,45
13	Resultados Financeiros	-334.026,83	-	-390.024,41	-	14,36
14	Resultados Correntes (12 +/- 13)	-1.905.925,54	-	-2.825.008,91	-	32,53
15	Resultados Extraordinários	226.453,01	-	-314.979,13	-	171,89
16	Resultados Antes de Impostos (14 +/- 15)	-1.679.472,53	-	-3.139.988,04	-	46,51
17	**Resultado Consolidado Líquido do Exercício**	**-1.689.496,23**	**-**	**-3.140.744,43**	**-**	**46,21**

Em relação aos proveitos operacionais, constata-se que as transferências obtidas representam mais de metade (50,68%) dos proveitos operacionais do Grupo, seguindo-se os impostos e taxas (35,89%). Relativamente ao ano transato, apurou-se uma ligeira redução destes proveitos, na ordem dos € 437.483,02 (-3,25%).

O Grupo suportou custos com o pessoal no total de € 6.209.415,75, os quais representam 42,50% da estrutura de custos operacionais, seguindo-se os encargos com fornecimentos e serviços externos (26,64%) e as amortizações do exercício (22,37%). Os custos operacionais tiveram um decréscimo face a 2010 de € 1.300.568,81 (-8,17%), em especial, ao nível dos fornecimentos e serviços externos e dos custos com o pessoal. Tal facto permitiu absorver a redução dos proveitos operacionais e melhorar os resultados operacionais do Grupo, ainda que se mantivessem negativos em € 1.571.898,71 (2010: € -2.434.984,50).

No que respeita à formação e apuramento dos resultados, os resultados operacionais, financeiros e imposto sobre o rendimento contribuíram negativamente para o resultado consolidado líquido do exercício, tendo, inversamente, os resultados extraordinários contribuído favoravelmente para o mesmo. O efeito conjugado destas componentes originou um resultado consolidado líquido do exercício negativo em € 1.689.496,23, representando uma evolução positiva, face ao ano anterior, em € 1.451.248,20 (46,21%).

Balanço Consolidado

No que diz respeito à componente financeira, apresenta-se o seguinte quadro:

SÍNTESE DO BALANÇO CONSOLIDADO

(em €)

		2011	%	2010	%	Var. %
	ATIVO					
1	Ativo Fixo Líquido	67.903.212,25	94,13	68.068.340,45	93,47	-0,24
2	Ativo Circulante	4.231.719,78	5,87	4.756.016,08	6,53	-11,02
2.1	Existências	43.288,18	0,06	90.669,85	0,12	-52,26
2.2	Realizável	1.802.267,92	2,50	905.332,35	1,24	99,07
2.2.1	a Médio/Longo Prazo	0,00	0,00	0,00	0,00	-
2.2.2	a Curto Prazo	1.802.267,92	2,50	905.332,35	1,24	99,07
2.3	Disponível	1.790.991,70	2,48	3.075.927,36	4,22	-41,77
2.4	Acréscimos e Diferimentos	595.171,98	0,83	684.086,52	0,94	-13,00
	TOTAL DO ATIVO.....	**72.134.932,03**	**100,00**	**72.824.356,53**	**100,00**	**-0,95**
	FUNDOS PRÓPRIOS					
3	Património	32.701.886,60	97,44	36.295.988,81	105,71	-9,90
4	Reservas	1.596.927,60	4,76	1.596.427,60	4,65	0,03
5	Resultados Transitados	951.806,59	2,84	-417.845,31	-1,22	327,79
6	Resultado Consolidado Líquido do Exercício	-1.689.496,23	-5,03	-3.140.744,43	-9,15	46,21
	TOTAL DOS FUNDOS PRÓPRIOS.....	**33.561.124,56**	**100,00**	**34.333.826,67**	**100,00**	**-2,25**
	PASSIVO					
7	Exigível	38.573.807,47	100,00	38.490.529,86	100,00	0,22
7.1	Provisões	268.680,34	0,70	263.660,00	0,68	1,90
7.2	a Médio/Longo Prazo	17.524.743,29	45,43	19.079.983,17	49,57	-8,15
7.3	a Curto Prazo	9.050.911,53	23,46	7.856.687,45	20,41	15,20
7.4	Acréscimos e Diferimentos	11.729.472,31	30,41	11.290.199,24	29,33	3,89
	TOTAL DO PASSIVO.....	**38.573.807,47**	**100,00**	**38.490.529,86**	**100,00**	**0,22**

O ativo líquido do Grupo Municipal atingiu o valor de € 72.134.932,03, sendo composto, quase na totalidade, por ativo fixo (94,13%), proveniente maioritariamente da entidade consolidante. O ativo circulante representa apenas 5,87% do ativo total.

O passivo do Grupo totalizou € 38.573.807,47. O endividamento de médio e longo prazo representa 45,43% do passivo, seguindo-se, em termos de representatividade, os acréscimos e diferimentos (30,41%), em particular, os proveitos diferidos referentes a subsídios para investimentos, e o exigível a curto prazo (23,46%).

Ao nível dos fundos próprios, fixaram-se em € 33.561.124,56, apresentando face ao exercício precedente uma redução de € 772.702,11 (2,25%). Este decréscimo resultou essencialmente do impacto negativo do resultado consolidado líquido obtido no exercício de 2011 (€ 1.689.496,23), o qual foi atenuado por regularizações não frequentes e de grande significado ocorridas nas contas individuais do Município, com destaque para a integração da dívida referente aos benefícios fiscais concedidos à OPEL / General Motors Portugal, à revelia dos órgãos municipais (€ 908.254,12).

Fluxos de Caixa Orçamentais Consolidados

A síntese do mapa de fluxos de caixa orçamentais consolidados encontra-se apresentada na página seguinte.

Nele podemos verificar que as receitas arrecadadas pelo Grupo totalizaram € 15.825.462,65, repartidas em receitas de naturezas corrente – € 11.893.976,79 (75,16%) - e capital/outras receitas - € 3.931.485,86 (24,84%).

À semelhança do referido ao nível dos proveitos, os recebimentos do Grupo mais relevantes foram as transferências correntes e de capital obtidas (55,53%), seguindo-se os impostos diretos (28,09%).

No tocante às despesas pagas, estas atingiram o valor de € 17.127.402,89, tendo as despesas correntes e de capital representado 62,49% e 37,51%, respetivamente.

Os agrupamentos mais representativos relativamente ao total dos pagamentos efetuados foram os das despesas com o pessoal (37,80%), as aquisições de bens de capital (22,86%) e as aquisições de bens e serviços (18,10%).

O saldo orçamental gerado em 2011 foi negativo em € 1.301.940,24, transitando, para a gerência seguinte, o saldo orçamental de € 1.255.684,16 (2010: € 2.557.624,40).

SÍNTESE DOS FLUXOS DE CAIXA ORÇAMENTAIS CONSOLIDADOS 2011

RECEITA	VALOR (€)	%	DESPESA	VALOR (€)	%
SALDO DA GERÊNCIA ANTERIOR	**2.557.624,40**		**SALDO PARA A GERÊNCIA SEGUINTE**	**1.255.684,16**	
RECEITAS ORÇAMENTAIS	**15.825.462,65**	**100,00**	**DESPESAS ORÇAMENTAIS**	**17.127.402,89**	**100,00**
RECEITAS CORRENTES			DESPESAS CORRENTES		
01 Impostos Diretos	4.446.081,08	28,09	01 Despesas com Pessoal	6.474.660,30	37,80
02 Impostos Indiretos	221.284,73	1,40	02 Aquisição de Bens e Serviços	3.099.252,51	18,10
04 Taxas, Multas e Outras Penalidades	180.042,79	1,14	03 Juros e Outros Encargos	385.402,28	2,25
05 Rendimentos de Propriedade	999.138,74	6,31	04 Transferências Correntes	596.989,20	3,49
06 Transferências Correntes	4.971.611,25	31,42	05 Subsídios	0,00	0,00
07 Venda de Bens e Serviços Correntes	1.046.123,35	6,61	06 Outras Despesas Correntes	146.400,72	0,85
08 Outras Receitas Correntes	29.694,85	0,19	***DESPESAS DE CORRENTES***	***10.702.705,01***	***62,49***
RECEITAS CORRENTES	***11.893.976,79***	***75,16***			
RECEITAS DE CAPITAL			DESPESAS DE CAPITAL		
09 Venda de Bens de Investimento	0,00	0,00	07 Aquisição de Bens de Capital	3.914.959,47	22,86
10 Transferências Correntes	3.815.870,17	24,11	08 Transferências Correntes	906.000,96	5,29
11 Ativos Financeiros	0,00	0,00	09 Ativos Financeiros	8.596,00	0,05
12 Passivos Financeiros	0,00	0,00	10 Passivos Financeiros	1.595.141,45	9,31
13 Outras Receitas de Capital	105.000,00	0,66	11 Outras Despesas de Capital	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	***3.920.870,17***	***24,78***	***DESPESAS DE CAPITAL***	***6.424.697,88***	***37,51***
OUTRAS RECEITAS					
15 Reposições Não Abatidas nos Pagamentos	10.615,69	0,07			
OUTRAS RECEITAS	***10.615,69***	***0,07***			
TOTAL	**18.383.087,05**		**TOTAL**	**18.383.087,05**	

Indicadores

No quadro seguinte são apresentados os principais indicadores económico-financeiros do Grupo Municipal:

PRINCIPAIS INDICADORES ECONÓMICO-FINANCEIROS DO GRUPO MUNICIPAL

INDICADOR			2011	2010
1-	Liquidez Geral (%)	Ativo Circulante (a) / Exigível a Curto Prazo	40,18	51,83
2-	Liquidez Imediata (%)	Disponível / Exigível a Curto Prazo	19,79	39,15
3-	Autonomia Financeira (%)	Fundos Próprios / Ativo Total (b)	46,53	47,15
4-	Endividamento (%)	Exigível a C/M/L Prazo / Fundos Próprios e Passivo	36,84	36,99
5-	Cobertura do Passivo pelo Ativo (%)	Ativo Total (b) / Passivo Total	187,00	189,20
6-	Relação entre Património e Ativo Total (%)	Património / Ativo Total (b)	45,33	49,84
7-	Relação entre Ativo Fixo e Endividamento de M/L Prazo (%)	Ativo Fixo (b) / Exigível a M/L Prazo	387,47	356,75
8-	Rentabilidade dos Fundos Próprios (%)	RCLE / Fundos Próprios	-5,03	-9,15
9-	Rentabilidade do Ativo Fixo (%)	RCLE / Ativo Fixo (b)	-2,49	-4,61
10-	Rentabilidade Global (%)	RCLE / Ativo Total (b)	-2,34	-4,31
11-	EBITDA (€)	Resultados Antes de Amortizações, Juros e Impostos	1.695.678,55	287.715,99
12-	*Cash Flow* Líquido (€)	RCLE+Amortizações+Provisões	1.728.997,29	-339.718,46

Notas:
(a) Excluindo os acréscimos e diferimentos.
(b) Inclui bens de domínio público.

Os indicadores de liquidez evidenciam o agravamento das dificuldades de assegurar integralmente os compromissos assumidos e exigíveis no curto prazo, em particular, resultado da quebra de receita municipal verificada em 2010 e que se manteve em 2011.

Os rácios de autonomia financeira e endividamento estão interligados e encontram-se dentro do quadro referencial geral para as entidades deste setor (os fundos próprios representarem cerca de metade do conjunto fundos próprios e passivo).

Os indicadores de rentabilidade apesar de terem melhorado face ao ano precedente, mantiveram-se negativos no exercício de 2011, em virtude do resultado consolidado líquido do exercício do Grupo Municipal ter sido negativo.

1.4 PERSPECTIVAS FUTURAS

O Grupo Municipal procurará continuar a desenvolver a atividade nas suas diferentes, diversificadas e abrangentes áreas de atuação, mas estará fortemente condicionada pelo contexto social e económico-financeiro que se vive.

São ainda imprevisíveis os impactos e a extensão das medidas incluídas nos Memorandos de Entendimento sobre as Condicionalidades de Política Económica e de Políticas Económicas e Financeiras de Maio de 2011, decorrentes da solicitação de assistência financeira externa por Portugal e que irão provocar transformações no sector público administrativo e empresarial e, diretamente, na administração local e respetivo sector empresarial, a par das linhas estratégicas da Reforma da Administração Local e das recomendações formuladas no Livro Branco do Sector Empresarial Local.

Concretamente no Grupo Municipal de Azambuja, manter-se-á uma forte probabilidade de quebra da receita dos impostos locais e da participação dos municípios nos impostos do Estado, por via dos fundos municipais, ou seja, constrangimentos nas principais fontes de financiamento do Grupo – transferências e impostos/taxas.

Tais constrangimentos agravarão a escassez de liquidez, caso não existam desenvolvimentos ao nível da criação de mecanismos de assistência financeira para os municípios, no curto prazo, e revisão da Lei das Finanças Locais, no médio prazo, que continuarão a condicionar as iniciativas e a intervenção do Grupo Municipal.

Poderá verificar-se uma melhoria da receita do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), mas apenas a partir de 2013, com a conclusão do processo de avaliação geral dos prédios urbanos em curso, ainda que condicionada pelo regime de salvaguarda para contenção do aumento da coleta. Contudo, 2013 é também o último ano de vigência do QREN.

Ao nível da composição do Grupo, em virtude da aprovação da Lei n.º 55/2011, de 15/11 que suspendeu a constituição/aquisição de participações sociais pelas entidades do Sector Empresarial Local, ficou inviabilizada a constituição da sociedade comercial, de capitais minoritariamente públicos (com 49% de participação da EMIA, EM) e sem influência dominante do Município, para a conceção, construção, equipamento, conservação, manutenção e exploração de parques de estacionamento da Vila e adjacentes à Vila da Azambuja.

Por outro lado, a intenção do atual Governo de aprovar um novo regime jurídico da atividade empresarial local e das participações locais poderá ter impactos no curto/médio prazos, ao nível da composição do Grupo Municipal.

Em Janeiro de 2011, o Município de Azambuja passou a participar no capital social da LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM, detendo 7,81% desse capital, embora sem influência significativa ou dominante, pelo que esta entidade não integra o Grupo Municipal de Azambuja.

A LT, Sociedade de Reabilitação Urbana, EM é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos de âmbito municipal que tem por objeto promover a reabilitação urbana dos centros históricos, das áreas críticas de recuperação e reconversão urbanística, bem como de qualquer outra área de regeneração urbana urgente, geograficamente delimitada.

1.5 FACTOS RELEVANTES OCORRIDOS APÓS O ENCERRAMENTO DO EXERCÍCIO

Com exceção dos factos da envolvente contextual e transacional do Grupo Municipal de Azambuja referidos no ponto anterior, não ocorreram factos relevantes após o encerramento do exercício.